

# Secretário de Obras vê críticas ao PDU

As críticas sofridas pelo Plano Diretor Urbana da cidade de Vitória, no ciclo de debates realizado até ontem no colégio Maria Ortiz, foram analisadas ontem pelo secretário de Obras da Prefeitura de Vitória, principal defensor das medidas sugeridas no Plano. Laerce Machado disse que, independentemente das críticas, "que serão analisadas, condensadas e filtradas, já está em fase de desenvolvimento a primeira filosofia tirada do PDU, que consiste em um plano urbanístico envolvendo seis bairros carentes da capital".

Acentuou que as manifestações de todos os segmentos empresariais e sociais é o objetivo do encontro, não interferindo basicamente no conteúdo do PDU. Destacou que a participação ativa de vários setores nos debates superou as expectativas, e por isso admitiu que algumas alterações podem ser projetadas, "desde que atendam as necessidades sociais". Já anunciado pelo prefeito Carlos Linden.berg von Shilgen, Laerce reafirmou ontem que já está sendo conseguido financiamento junto ao Banco Nacional de Habitação (BNH) para execução do primeiro projeto.

Serão beneficiados os bairros São Pedro, Joana D'arc, Itararé, Maria Ortiz, Monte Belo e Solon Borges, com água, luz, pavimentação e outras melhorias. Os programas de urbanização do BNH, Profilurb e Cura, serão as linhas básicas para execução do projeto, orçado em Cr\$ 180.000.000,00, e que somente será executado no próximo ano, segundo informações de Laerce Machado, salientando que o projeto será encaminhado ao financiador na próxima semana, para que seja liberado o financiamento.

— O ordenamento do crescimento urbano exerce influência em todos os setores sociais, inclusive com a projeção do projeto Cura. Quanto ao PDU, pessoalmente entendemos que é um projeto muito bom para a cidade, uma vez que ele se fundamenta em uma realidade de nosso sítio habitacional, e foi proposto por técnicos capixabas que convivem com nossa realidade — destacou Laerce Machado.

## ESPECULAÇÃO

Embora considerada por Laerce como um problema "sem solução", ele garantiu que a especulação imobiliária em áreas originadas de aterros em manguezais será refreada.

Como em Maria Ortiz, bairro nascido de aterro feito por depósitos de lixo pela Prefeitura no decorrer dos anos, vários outros bairros já tem áreas requeridas por famílias, ricas, segundo afirmação do prefeito, que disse: "Não permitirei que famílias ricas se beneficiem dos projetos urbanísticos para especular".

— É um problema muito difícil de ser enfrentado e é irremediável, já que quem requereu terras e conseguiu vai poder explorá-la. Conseguiremos refrear este quadro a partir da proibição municipal de que os manguezais que circundam a capital recebam aterro para serem ocupados — asseverou Laerce Machado.

Ele subdivide os ramos empresariais exploratórios em três categorias: construção civil, mercado imobiliário e especulação imobiliária. Garantiu que apenas a última categoria será afetada com o PDU, explicando que faz parte da filosofia do plano, quando foi elaborado pela Fundação Jones Santos Neves (FJSN), evitar especulação indiscriminada.

— A primeira categoria não será prejudicada, pois é quem abastece o mercado imobiliário com materiais de construção. O mercado imobiliário também não será prejudicado, já que se não poderão fazer um aproveitamento espacial vertical indefinidamente, conseguirão novas formas de utilização horizontal do espaço geográfico. Os especuladores terão que dar sua cota de contribuição em defesa de nossa comunidade, já que não ativam nenhuma atividade de serviço que absorva mão-de-obra, e então não têm utilidade social — esclareceu.

Acrescenta que o PDU ordena o crescimento urbano, estipulando que para uma população de 500 mil habitantes haverá condições de abastecimento de água, luz e toda a infra-estrutura necessária, enquanto que um crescimento demográfico indiscriminado seria fatal para aumentar os problemas sociais já existentes. Estes já estão em fase de solução com o início do projeto cura, segundo a Prefeitura.

## CRÍTICAS

— Apesar de todas as críticas por segmentos da sociedade afetados, é certo que tínhamos uma legislação que não se renovava, em termos de ordenamento urbano, desde 1954, com a Lei 351. O desenvolvimento merece um acompanhamento da legislação, para que haja o ordenamento. Se hoje temos 174 mil habitantes, devemos prever as condições humanas de sobrevivência no futuro — destacou Laerce.

Entretanto, ele afirma que nos debates em torno do PDU "houve um consenso de pelo menos 80 por cento". Acentua que não será necessária, ao contrário do que foi anunciado anteriormente, a construção de elevados no centro da cidade. O primeiro, divulgado pelo prefeito, estava previsto para ser construído a partir da praça Costa Pereira, para desafogo do tráfego no centro.

— Seguindo a filosofia do PDU, é desnecessário que haja um sacrifício do centro urbano para construções deste tipo, que somente iriam prejudicar o trânsito nas duas únicas avenidas existentes, espremidas entre o morro e o mar. Outros direcionamentos serão tomados, a partir da utilização da terceira ponte como principal fator de integração entre a capital e os municípios vizinhos explicou o secretário de Obras.

A intenção, disse Laerce Machado, já anunciada e reforçada, é a integração dos municípios através de ligações que permitam o esvaziamento e desativação do centro urbano da capital como pólo de atenções. A começar pela utilização de duas superquadras do aterro da Comdusa, na Praia do Suá, para a construção do Palácio Domingos Martins, outros setores administrativos também serão deslocados para aquela área e adjacências, que já congrega outros setores da vida administrativa de Vitória.

— Então, sensibilizaríamos os órgãos competentes para que fossem feitas ligações de Carapina a Campo Grande através da estrada do contorno. Estimularíamos também a ligação de Carapina a Vila Velha e Campo Grande a Vitória pela terceira ponte, compondo então um eixo de serviço aos usuários justamente onde estariam localizados os principais setores da vida pública. Conseguindo um dimensionamento deste tipo, seria desnecessário a construção de elevados — asseverou Laerce Machado.

## TREVO

Orçado em Cr\$ 4.000.000,00, será construído pela construtora Araribóia, a partir da próxima semana, o trevo rodoviário na confluência entre as avenida Adalberto Simão Nader e Fernando Ferrari, em Goiabeiras, segundo informou ontem o secretário de Obras.

Já foi dada a ordem para início das obras na avenida Fernando Ferrari, segundo Laerce Machado. O trevo terá a função de ordenar todo o esquema de tráfego originado ao Norte da capital, de Vitória e Camburi, sendo composto por canteiro centrais que dimensionarão o espaço das pistas, com mãos de tráfego para cada sentido.

TRIB, 16/09/79